

A Independência do Brasil uma leitura.

Julio Cesar Fidelis Soares¹

Resumo

O artigo que produzimos teve como base um pequeno estudo sobre o processo de independência do Brasil, no qual procuramos buscar inicialmente a essência do que é independência e depois contar de maneira sucinta o desenrolar do processo que culminou no episódio do dia do Grito do Ipiranga bem como alguns agentes que atuaram em tal processo de “independência”.

Neste momento em que comemoramos o 187º aniversário da Independência Política do Brasil, a sociedade brasileira tem como uma de suas características básicas a marca histórica da dependência externa. Essa característica influenciou profundamente a vida brasileira. E continuará a influenciá-la. Assim, vimos que o melhor conceito de independência que encontramos foi nas palavras do professor Argemiro Brum:

“Por dependência entendemos uma situação econômica; social e política na quais certas sociedades têm sua estrutura condicionada pelas necessidades, ações e interesses de outras nações que exercem sobre ela uma dominação. O resultado é que estas sociedades se definem por esta situação condicionante que dá o marco de seu desenvolvimento ou das respostas que elas podem oferecer aos estímulos produzidos pela sociedade dominante. A resposta final, contudo, não está determinada por esta situação, mas pelas forças internas que compõem as sociedades dependentes. É o caráter destas forças que explica sua situação submissa, bem como seu grau de enfrentamento das forças que a condicionam. É preciso diferenciar uma simples relação de interdependência entre povos e nações ou até mesmo uma situação de relativa submissão da nova situação histórica em que as demandas da nação dominante são suficientemente fortes para levar a uma reorganização fundamental das economias dominadas, tornando-as estruturalmente dependentes.”²

Na situação de dependência, toda a vida da sociedade - econômica, social, política, cultural, psicológica - é fortemente influenciada pelas necessidades, interesses e ações de outras nações mais poderosas que exercem sobre ela um grau acentuado de dominação.

¹ Mestre em História Social, Professor das Faculdades Dom Bosco –Resende-RJ, da UNIFOA Volta Redonda – Membro da Academia Resendense de História e da Academia de História Militar e Terrestre do Brasil (sócio correspondente).

² Brum, Argemiro J. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro Ed. UNIJUI -1999 p.162

Embora o país tenha começado a romper os grilhões coloniais no instante em que D. João VI abriu os portos "às nações amigas", em janeiro de 1808, os fatos que antecederam a independência do Brasil estão diretamente ligados à Revolução Liberal do Porto, que eclodiu em agosto de 1820.

Portugal era então governado pelo marechal inglês Beresford, que expulsara os franceses do país. Indignados com a situação - e com o fato de custearem a permanência de D. João VI no Brasil -, os revoltosos se aproveitaram da ida de Beresford ao Rio para deflagrar o movimento. Além de forçar D. João VI a retornar a Portugal, a junta provisória que assumiu o controle do país decidiu reconvocar as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, que, noutros tempos, eram reunidas em épocas de crise. E foi graças à intransigência das Cortes que os fatos se precipitaram, não deixando aos brasileiros outra opção que não a luta pela independência. Como Portugal não tinha uma Constituição, D. João VI foi forçado a jurar uma nova, que se baseava na Constituição espanhola de 1812.

Pelas novas regras do jogo, o Brasil - que, desde 1808, ocupava uma posição de supremacia no império português - perdia seus privilégios e teria de voltar a se submeter inteiramente ao governo da metrópole. Em Lisboa, a sete de março de 1821 - com somente 46 dos 72 brasileiros presentes no plenário da Assembléia resolveu votar a emenda que simplesmente dissolvia o reino do Brasil.

Na verdade, não era difícil perceber que o propósito básico das Cortes era "recolonizar" o Brasil. O Brasil não apenas deixaria de ser um reino unido a Portugal como também o vice-reinado, com sede no Rio de Janeiro, não seria restabelecido. Em vez de possuir um governo central, o Brasil seria dividido em províncias autônomas, cujos governadores (militares) seriam nomeados pelas próprias Cortes.

O dia 7 de setembro.

O ano de 1822 começou dramaticamente para Dom Pedro. Foi no dia 1º de janeiro que ele recebeu o manifesto escrito por José Bonifácio e assinado por toda a junta provincial da cidade de São Paulo. Até então, apesar de alguns cartazes espalhados pelas ruas do Rio e das manifestações cada vez mais entusiásticas que vinham recebendo nas ruas ou no teatro, Dom Pedro não registrara nenhum sinal de apoio à sua permanência no Brasil. Mas a carta de Bonifácio era impactante. Segundo ela, as Cortes de Lisboa, baseadas "no despropósito e no despotismo" buscavam impor ao Brasil "um sistema de anarquia e escravidão". Movidos por uma "nobre indignação", os paulistas

estavam "prontos a derramar a última gota do seu sangue e a sacrificar todas as suas posses para não perder o adorado príncipe", em quem colocavam "suas bem-fundamentadas esperanças de felicidade e honra nacional".

Os cariocas, que pensavam da mesma maneira, organizaram um abaixo-assinado com oito mil nomes e o entregaram ao príncipe uma semana depois, em uma cerimônia realizada ao meio-dia, de 9 de janeiro. Depois de ler o documento, Dom Pedro anunciou solenemente sua decisão: "Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico". Reunido em frente ao Paço Municipal, o povo saudou a decisão do príncipe. No dia 11, as tropas portuguesas tentaram obrigar o príncipe a embarcar para Lisboa. Apoiado pelo povo e por tropas leais, Dom Pedro resistiu. A independência, agora, era uma questão de tempo.

Marcam a aproximação entre Dom Pedro e a facção mais conservadora da elite brasileira, formada por homens que, em sua maioria, tinham freqüentado a Universidade de Coimbra e partilhavam da idéia de um império luso-brasileiro. Cinco dias depois de expulsar do Rio as tropas lusas, comandadas pelo general Avilez, D.Pedro organizou um novo ministério e, para liderá-lo, escolheu José Bonifácio de Andrada e Silva. Em 1º de agosto, declarou inimigas todas as tropas enviadas de Portugal sem o seu consentimento. No dia 14, partiu para São Paulo para contornar uma crise na província. No dia 2 de setembro, no Rio, a esposa de Dom Pedro, Dom Leopoldina, leu as cartas chegadas de Lisboa com as abusivas decisões da Corte. Reuniu os ministros e enviou mensageiros a Dom Pedro.

No dia 7 de setembro, o príncipe recebeu as cartas às margens do Ipiranga e concluiu que era a hora de romper com a metrópole. Depois de ler, amassar e pisotear as cartas, Dom Pedro montou "sua bela besta baia", cavalgou até o topo da colina e gritou à guarda de honra: "Amigos, as cortes de Lisboa nos oprimem e querem nos escravizar... Deste dia em diante, nossas relações estão rompidas". Após arrancar a insígnia portuguesa de seu uniforme, o príncipe sacou a espada e gritou: "Por meu sangue, por minha honra e por Deus: farei do Brasil um país livre". Em seguida, erguendo-se nos estribos e alçando a espada, afirmou: "Brasileiros, de hoje em diante nosso lema será: Independência ou morte". Eram 4 horas da tarde de 7 de setembro de 1822.

No dia seguinte, iniciou a viagem de retorno ao Rio, onde chegou no tempo recorde de cinco dias, deixando toda a tropa 10 horas para trás. Na capital, foi saudado como herói. Em 1º de

dezembro, aos 24 anos, foi coroado não rei, mas imperador, para mostrar que, apesar do direito monárquico, também fora eleito pelo "povo".

A Maçonaria e o 7 de Setembro.

A maçonaria (reaberta no Rio de Janeiro com a loja Maçônica Comércio e Artes) e a imprensa uniram suas forças contra a postura recolonizadora das Cortes.

Dom Pedro é sondado para ficar no Brasil, pois sua partida poderia representar o esfacelamento do país. Era preciso ganhar o apoio de D. Pedro, em torno do qual se concretizariam os interesses da aristocracia rural brasileira. Um abaixo assinado de oito mil assinaturas foi levado por José Clemente Pereira (presidente do Senado) a Dom Pedro em nove de janeiro de 1822, solicitando sua permanência no Brasil. Cedendo às pressões, Dom Pedro decidiu-se ficar no Brasil, pressões estas exercidas pela manobras políticas da ordem maçônica.

É claro que Dom Pedro decidiu ficar bem menos pelo povo e bem mais pela aristocracia, que o apoiaria como imperador em troca da futura independência não alterar a realidade sócio-econômica colonial. Contudo, o Dia do fico era mais um passo para o rompimento definitivo com Portugal. Graças a homens como **José Bonifácio de Andrada e Silva**³ (patriarca da independência), **Gonçalves Ledo**⁴, **José Clemente Pereira**⁵ e outros, o movimento de independência adquiriu um ritmo surpreendente com o cumpra-se, em que as leis portuguesas seriam obedecidas somente com o aval de D. Pedro, que acabou aceitando o título de Defensor Perpétuo do Brasil (13 de maio de 1822), oferecido pela maçonaria e pelo Senado. Em três de junho foi convocada uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa e em primeiro de agosto considerou-se inimigas as tropas portuguesas que tentassem desembarcar no Brasil.

Sem independência econômica e cultural, a autodeterminação permanece comprometida, revelando-se apenas formal, superficial, aparente, ilusória. Sem mudanças estruturais, pesam sobre o país, politicamente “independente”, as marcas de dependência econômica e cultural inculcada através da

³ O Patriarca da Independência foi um dos maiores expoente da Franco-Maçonaria no Brasil onde foi Grão Mestre Geral da Ordem.

⁴ Adversário Político de José Bonifácio, eram Maçom ligado a corrente maçônica inglesa (pensamento Liberal) foi figura importante na condução do processo de independência

⁵ Clemente Pereira era maçom e foi eleito para o Senado da Câmara Legislativa do Império e aliou-se a Joaquim Gonçalves Ledo nas campanhas pela independência, sendo ameaçado e perseguido.

ideologia do colonialismo e do neocolonialismo, em que a sociedade brasileira permanece mergulhada.

E é do passado que ecoa em nossos ouvidos o famoso brado retumbante que infelizmente para muitos soa como apenas uma letra de música e que ousou regatá-lo agora: “Independência ou Morte”, Brasil. Muito embora, vários brasileiros por conta de gerações e gerações de governos totalmente dependentes da política e dos capitais estrangeiros encontre mais cedo do que deviam a morte e somente encontrarão a independência via ela mesma, se morte for sinônimo de liberdade como alguns acreditam.

Bibliografia

- Linhares, Maria Yeda (Org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1996
- Magalhães Filho, Francisco de B.B. de –História Econômica, Ed.Saraiva ,SP,1982.
- Saga, A Grande História do Brasil, *vol. 3, Abril Cultural, São Paulo, 1981*
- Rocha, Pombo, *História do Brasil*, vol. IV, Editora W. M. Jackson, São Paulo.
- Castellani, José. Os Maçons na Independência do Brasil. Editora A Trolha - 1993
- _____,A Maçonaria e sua Política Secreta . Traço Editora - 1982.
- D'Albuquerque, A.. A Maçonaria e a Independência do Brasil. Editora Aurora 318 p.
- Revista 200 anos de Resende(1801-2001) CAT Publicidade –Ed.Celso Dutra e Adriana Vilhena
- Eduardo Bueno, Independência do Brasil - Zero Hora RBS disponível
<http://educaterra.terra.com.br/almanaque/7setembro/independencia1.htm> acessado em 20/08/2008
- Histórianet - O processo de independência do Brasil disponível em
<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx> acessado em 18/08/2008